



## Assembléia Legislativa

PROJETO DE LEI Nº 016/07, DE DE DE 2007.

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 22 março 2007

Assunto	Proj. Lei
Classificação	
Assinatura	Assinatura
Assinatura	
Assinatura	

**Dispõe sobre a inclusão de informações e procedimentos nos boletins de ocorrências de acidentes de trânsito com vítimas, para o recebimento de indenização paga pelo seguro obrigatório e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Deverão constar nos boletins de ocorrências de acidentes de trânsito com vítimas, ocorridos em qualquer parte da jurisdição do Estado do Piauí, os procedimentos necessários para o recebimento de indenização a ser para pelo Consórcio formado pelas sociedades seguradoras para a cobertura do seguro obrigatório DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, previstos na Lei Federal nº. 6.194, 19 de dezembro de 1974.

Parágrafo único - Os procedimentos a que se refere o *caput* deste artigo são:

- I – quem deve requerer a indenização;
- II – determinação gráfica no boletim de ocorrência dos prazos de envio de requerimento pedindo a devida indenização junto ao consórcio de seguro (DPVAT);
- III – relação por escrito de todos os documentos necessários, que deverão acompanhar o requerimento do pedido de indenização;
- IV – informação, por escrito, da seguradora e seu respectivo endereço, para onde deverá ser encaminhado o requerimento de pedido de indenização.

Art. 2º - Fica a Secretaria Estadual de Segurança Pública responsável pelo modelo, confecção e impressão, dos blocos de Boletins de Ocorrência, constando os procedimentos necessários para o recebimento da indenização.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
PIAUÍ, em Teresina, de de 2007.

*Henrique Rebêlo*  
Deputado Estadual

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA  
Nos termos regimentais  
Encaminha-se a  
*Rômulo Dantas de Sá*  
Diretor Legislativo



## Assembléia Legislativa

PROJETO DE LEI Nº 016/07, DE

DE

DE 2007.

LIDO NO EXPEDIENTE

Em 22 de março de 2007

Assinatura: *[Assinatura]*  
Data: 26.03.07  
Assinatura: *[Assinatura]*  
Assinatura: *[Assinatura]*  
Assinatura: *[Assinatura]*  
Assinatura: *[Assinatura]*

**Dispõe sobre a inclusão de informações e procedimentos nos boletins de ocorrências de acidentes de trânsito com vítimas, para o recebimento de indenização paga pelo seguro obrigatório e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Deverão constar nos boletins de ocorrências de acidentes de trânsito com vítimas, ocorridos em qualquer parte da jurisdição do Estado do Piauí, os procedimentos necessários para o recebimento de indenização a ser para pelo Consórcio formado pelas sociedades seguradoras para a cobertura do seguro obrigatório DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, previstos na Lei Federal nº. 6.194, 19 de dezembro de 1974.

Parágrafo único - Os procedimentos a que se refere o *caput* deste artigo são:

- I - quem deve requerer a indenização;
- II - determinação gráfica no boletim de ocorrência dos prazos de envio de requerimento pedindo a devida indenização junto ao consórcio de seguro (DPVAT);
- III - relação por escrito de todos os documentos necessários, que deverão acompanhar o requerimento do pedido de indenização;
- IV - informação, por escrito, da seguradora e seu respectivo endereço, para onde deverá ser encaminhado o requerimento de pedido de indenização.

Art. 2º - Fica a Secretaria Estadual de Segurança Pública responsável pelo modelo, confecção e impressão, dos blocos de Boletins de Ocorrência, constando os procedimentos necessários para o recebimento da indenização.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
PIAUÍ, em Teresina, de de 2007.

*[Assinatura]*  
**Henrique Rebêlo**  
Deputado Estadual

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA  
Nos termos regimentais  
Encaminha-se a  
*[Assinatura]*  
**Rômulo Santos Caldeira Cordeiro**  
Diretor Legislativo



## Assembléia Legislativa

### JUSTIFICATIVA

A Lei federal nº. 6.164, de 19 de dezembro de 1974, no seu §2º, art. 12, reza, que o Conselho Nacional de Trânsito expedirá normas, que entre outras, uma que faça constar no registro de ocorrências nome, qualificação, endereço *residencial e profissional* completos do proprietário de veículos, *além do nome da seguradora, número e vencimento do bilhete ou apólice de seguro.*

Os Órgãos Governamentais responsáveis pelas normas de trânsito em nosso País vem sendo aperfeiçoado cada vez mais, mesmo assim, ainda falta muito a fazer para termos um trânsito de automóveis menos caótico e com índices *de acidentes mais baixo, que na maioria das vezes acontecem com vítimas fatais ou seqüelas para o resto da vida.*

Sabemos que no Brasil tem um grande número de vítimas de acidentes de trânsitos e, seus familiares deixam de receber a devida indenização do seguro obrigatório por desconhecerem os mecanismos legais para requerê-las, como também é sabido que o nosso Estado, já teve casos de desvio do seguro obrigatório, assim como em outros Estados Brasileiros.

A maioria das pessoas desconhece que temos uma Lei Federal sobre a matéria, por este motivo, precisamos criar esta Lei, como mecanismo que oriente com maior clareza o uso dos dispostos da referida Lei Federal, para que ela tenha *uma melhor eficácia, propiciando aquele que dela necessitar a rapidez para o recebimento da indenização, evitando, assim, perda de tempo e prejuízos dos segurados que com os procedimentos impresso no próprio Boletim de Ocorrência evitará e muito esses prejuízos.*

Ciente da acertada iniciativa é que colocamos à apreciação de nossos Pares o presente Projeto de Lei.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ, em  
Teresina, de de 2007.

  
**Henrique Rebêlo**  
Deputado Estadual



## JUSTIFICATIVA

A Lei federal nº. 6.164, de 19 de dezembro de 1974, no seu §2º, art. 12, reza, que o Conselho Nacional de Trânsito expedirá normas, que entre outras, uma que faça constar no registro de ocorrências nome, qualificação, endereço residencial e profissional completos do proprietário de veículos, além do nome da seguradora, número e vencimento do bilhete ou apólice de seguro.

Os Órgãos Governamentais responsáveis pelas normas de trânsito em nosso País vem sendo aperfeiçoado cada vez mais, mesmo assim, ainda falta muito a fazer para termos um trânsito de automóveis menos caótico e com índices de acidentes mais baixo, que na maioria das vezes acontecem com vítimas fatais ou seqüelas para o resto da vida.

Sabemos que no Brasil tem um grande número de vítimas de acidentes de trânsito e, seus familiares deixam de receber a devida indenização do seguro obrigatório por desconhecerem os mecanismos legais para requerê-las, como também é sabido que o nosso Estado, já teve casos de desvio do seguro obrigatório, assim como em outros Estados Brasileiros.

A maioria das pessoas desconhece que temos uma Lei Federal sobre a matéria, por este motivo, precisamos criar esta Lei, como mecanismo que oriente com maior clareza o uso dos dispostos da referida Lei Federal, para que ela tenha uma melhor eficácia, propiciando aquele que dela necessitar a rapidez para o recebimento da indenização, evitando, assim, perda de tempo e prejuízos dos segurados que com os procedimentos impresso no próprio Boletim de Ocorrência evitará e muito esses prejuízos.

Ciente da acertada iniciativa é que colocamos à apreciação de nossos Pares o presente Projeto de Lei.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ, em  
Teresina, de 2007.

  
**Henrique Rebêlo**  
Deputado Estadual